



1290002187



FE

TCC/UNICAMP P269p

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Curso de Pedagogia

A Proposta Pedagógica na Escola

Kelly Cristina Moreira de Lima Pastre RA. 011615

Campinas/2004

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

71131500p

Universidade Estadual de Campinas

Faculdade de Educação

Curso de Pedagogia

A Proposta Pedagógica na Escola

Kelly Cristina Moreira de Lima Pastre

Monografia apresentada como
exigência parcial para a obtenção
do título de Pedagoga à Comissão
Julgadora da UNICAMP,
sob a orientação do professor
Vicente Rodriguez.

Campinas
Dezembro/2004

UNIDADE:	F. E.
Nº CHAMADA:	700 UNICAMP
	P. 209 P
V:	EX:
TOMBO:	2187
PROC.:	8612005
C:	D: X
PREÇO:	211,00
DATA:	29/06/05
Nº CPD:	Bibid 362077

Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP

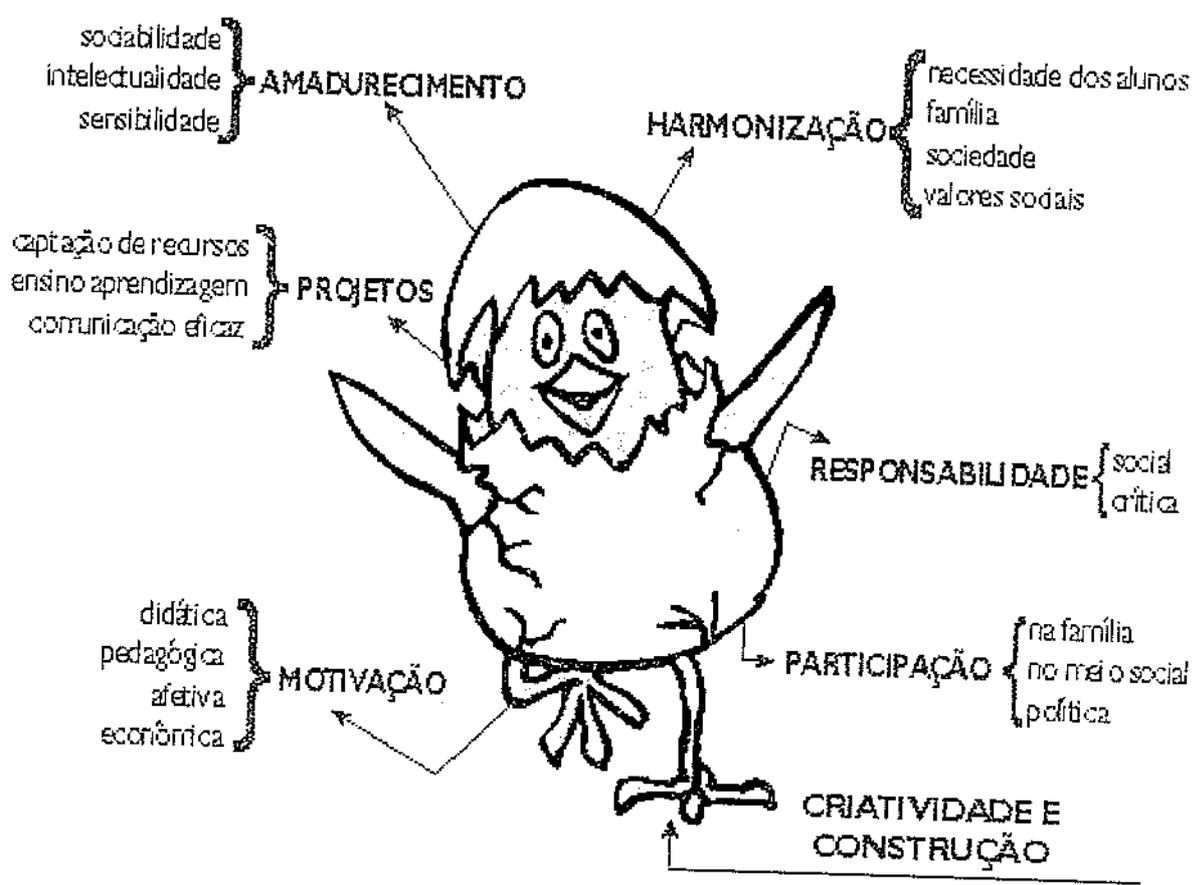
L966i Pastre, Kelly Cristina Moreira de Lima.
A proposta pedagógica na escola / Kelly Cristina Moreira de Lima
Pastre. -- Campinas, SP: [s.n.], 2004.

Orientador : Vicente Rodriguez.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) – Universidade Estadual de
Campinas, Faculdade de Educação.

1. Educação. 2. Disciplina. 3. Desafios da educação. 4. Ensino. 5.
Aprendizagem. I. Rodriguez, Vicente. II. Universidade Estadual de
Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

05-47

Nasce uma NOVA FORMA de conduzir a **EDUCAÇÃO**



INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo elucidar alguns itens do plano pedagógico de unidades escolares.

Partindo do pré-suposto de que a educação passa por profundas e definitivas transformações sócio-culturais, nos propomos a apresentar propostas didático-pedagógicas que atenuem o atual problema escola: falta de comunicação efetiva entre o teórico – o prático – e o ensino aprendizagem propriamente dito.

Partimos do início de nossa jornada com um nome “fantasia”, para que nenhum eventual problema de autoria de projetos aconteça, ou ocorra a identificação de estabelecimentos existentes na rede, pois trataremos de fracassos pedagógicos que a nosso ver poderiam ser evitados.

CAPÍTULO 01

Plano Pedagógico

1- **DIAGNÓSTICO** – Com esse item, propomos o nome da unidade escolar e seus dados gerais como endereço, telefone, fax, e-mail e nome da diretoria responsável...

Roteiro para a elaboração do Projeto

Sob a coordenação do professor-coordenador e da direção, reuniram-se: docentes, funcionários, pais, membros do Conselho de Escola e pessoal de apoio, para realizar o Projeto Pedagógico da Escola.

Direção e coordenação procuraram esclarecer, ainda uma vez, o significado do Projeto pedagógico, ou seja, a intenção da escola em realizar um trabalho de qualidade, mediante um diagnóstico da situação da unidade, tanto do ponto de vista da aprendizagem dos alunos, como das relações entre todos os envolvidos, que, de uma forma ou de outra, participarão do processo educacional desenvolvido pela unidade. Contudo, ficou esclarecido que o Projeto não pode ficar apenas nas intenções.

Para sua concretização será necessário, a partir do diagnóstico, eleger as metas a serem atingidas, estabelecer ações concretas, etapas, e recursos necessários para a implementação das ações e a avaliação daquilo que todos se propuseram a realizar.

Diagnóstico da Escola

A partir de informações sobre o desempenho da escola no ano anterior, com base nos dados apresentados e resultados obtidos nos vários setores de atuação da unidade, constatou-se:

1. a exigência de um número "x" de alunos com sérias defasagens de aprendizagem, ao longo do ano letivo de -----e, por isso, encaminhados à recuperação nas férias de janeiro; um considerável número de alunas nas quintas séries egressos de 4^{as} séries de outros estabelecimentos, cujo nível de aprendizagem será necessário apurar nos primeiros dias de aula;

2. dificuldades em realizar um trabalho no qual todos estejam engajados: trabalho coletivo;

3. formas de avaliação nas quais enfatizam-se, segundo numerosas verbalizações de professores, a avaliação classificatória em detrimento da diagnóstica;

4. a continuidade da integração escola-comunidade, já com resultados apreciáveis, mas passível de aperfeiçoamento;

5. comportamentos inadequados de alunos (e em alguns casos, de professores) em algumas classes, prejudicando a aprendizagem.

6. outras constatações não previstas neste roteiro...

Uma vez realizado o diagnóstico da escola, o grupo elegerá as metas a serem alcançadas.

Também temos o conhecimento que há um sorteio ou distribuição de senhas para matrícula de alunos transferidos, cuja vaga é protegida por lei federal e pelo estatuto da criança e do adolescente.

Se cada unidade escolar disponibilizar em seu quadro de matrículas 7% das vagas para alunos transferidos, teremos vagas para todos, sem ocorrer a "super população" em sala de aula, que é um outro problema do qual trataremos a seguir.

Pesquisa de campo:

- Qual é o tipo de clientela que freqüenta a unidade escolar?
- Qual é o poder aquisitivo, ou nível econômico das famílias envolvidas?
- Quantos membros da mesma família freqüentam a unidade escolar?
- Qual é a faixa etária com maior número de membros na unidade?

Veja uma ficha como exemplo:

Ficha de pesquisa:	
Nome do aluno:	_____
Data de nascimento: ___/___/___	Cidade: _____ Estado: _____
Nome dos pais/ou responsável:	_____
Função de trabalho dos pais ou responsável:	_____
Faixa salarial de toda a renda familiar (em salários mínimos):	_____
Grau de escolaridade dos pais:	_____
Moradia em que reside é:	própria () alugada () outros ()
Meios de transporte usado pela família:	_____

Sabemos que o processo de aprendizagem só terá êxito se meus objetivos alcançarem os objetivos das famílias envolvidas.

Cada vez mais faz-se presente o desejo de que nossos alunos, ou o corpo discente seja um exemplo prático da aplicação ao ato real de cidadania. Formar um aluno cidadão requer a aplicação administrativa, pedagógica e docente além de projetos estratégicos eficientes.

A viabilidade desses projetos depende de uma hierarquia que ao nosso ver ainda deixa a desejar, pois a organização formal de nossas escolas, o fluxo de tarefas, as decisões e liberações de projetos dependem de um poder centralizador e autoritário que demonstra não conhecer as práticas pedagógicas diárias e cognitivas.

Precisamos de uma estrutura administrativa competente e eficaz com plena habilidade para executar os objetivos educacionais que vá ao encontro com os interesses da população, a fim de ocorrer um crescimento e a reciclagem intelectual do aluno e dos responsáveis já que estarão envolvidos como comunidade local, na execução dos projetos de cidadania.

2- MISSÃO OU OBJETIVO que realce a escola. Neste item devemos entender que a prática e a verdade pedagógica deve nortear o corpo discente. Não criar palavras teóricas e seguir um discurso de retórica, mas informar o que realmente será formado no intelecto, no caráter e na personalidade dos alunos da unidade. Para isso, temos que realizar uma pesquisa de campo que nos permita saber quais são os reais motivos pelos quais os responsáveis procuram a determinada unidade escolar. Sabemos que por lei, o aluno deve se matricular na unidade escolar mais próximo a de sua residência, porém também sabemos que existem áreas populacionais que demandam um número maior de unidades escolares e que o número de matriculados é insuficiente ao número de unidades escolares daquela determinada região. Fica aqui nossa inquietação em receber respostas sobre o fato que se arrasta já há mais de 12 anos. Sabemos que trata-se de um problema mais político que pedagógico, mas poderíamos colocar aqui a política do Orçamento Participativo; a comunidade poderia exigir prioridade na construção de unidades escolares como creches, unidades de Ensino fundamental I e II, além de Ensino Médio.

3- FUNDAMENTOS EPISTEMOLÓGICOS

Trata-se de um dos eixos básicos para aplicação eficiente dos projetos de participação assumido pela comunidade escolar (sabemos que o corpo administrativo, docente e discente além de funcionários faz parte do processo de implantação de um cidadão crítico-ativo e transformador).

- Aprender a conhecer.
- Aprender a fazer.
- Aprender a viver e conviver em comunidade, lei de ajuda mútua e construção do senso coletivo (direitos e deveres).
- Aprender a ser, formação do caráter e da honestidade social democrática.
- Aprender a crer, ter uma religião, possuir fé, já que os filósofos e sociólogos afirmam:

“O homem é um ser religioso, provido de fé, mesmo que esta seja a da incredulidade”. Rubem Alves/Leonardo Boff.

4- A INTENSIONALIDADE POLÍTICA

Usar de estratégias reais para que o currículo disciplinar não seja usado para “encher” o período em que o aluno esteja no prédio escolar (são de quatro a cinco horas de permanência na unidade escolar diariamente).

O aluno deverá exercer seus deveres e direitos de cidadão escolar. Um exemplo prático seria a eleição de um “Grêmio”, ou de representantes de classe, com a

elaboração de um Código (civil) da sala. Partiremos da noção de micro para macro conceito educativo de cidadania. Alguns exemplos:

- Os alunos acreditam que podem fazer diferenças nas suas comunidades e escolas, e fazem.
- Desenvolvem uma compreensão maior sobre política pública.
- Aprofundam a compreensão sobre os desafios enfrentados por aqueles que criam as políticas públicas.
- Aprendem como funciona o governo.
- Assumem compromisso para a cidadania participativa.
- Envolvem-se com suas comunidades.
- Aprendem o valor do trabalho em grupo.
- Desenvolvem habilidades de pesquisa e comunicação.
- Disposições e compromissos.
- A responsabilidade individual.
- Autodisciplina / autogoverno.
- Respeito pela lei.
- Mentalidade aberta às atuais modificações político-sociais.
- Construir coalizões, negociar, conceder e buscar o consenso.

Os alunos deverão avaliar uma posição; Tomar uma posição; Defender uma posição.

Para alcançar os objetivos acima citados adotaremos alguns objetivos:

- Ser cidadão significa abandonar a postura passiva.
- Abraçar uma atitude ativa.

Recursos para que os alunos alcancem a eficiência no ensino aprendizagem:

1. Pela busca da eficiência no processo ensino/aprendizagem, sustentado pela constante atualização de métodos e da utilização de meios disponíveis, tais como atividades científico-tecnológicas em laboratórios, com aparelhos de excelente qualidade;
2. Aulas de informática para o estudo integrado e interdisciplinar dos diversos componentes curriculares, disciplinas e áreas; pesquisa com a utilização do estudo do meio, do acervo da biblioteca, da multimídia, dos vídeos, dos softwares, da hemeroteca e de outros recursos;
3. Para seleção adequada dos conteúdos, nos planejamentos, visando a um aprendizado condizente com as exigências da sociedade atual e com conhecimentos significativos;
4. Para avaliação contínua do aproveitamento, cujas provas se utilizarão, conforme as áreas, das respectivas normas de competências e habilidades;
5. Pelo constante aperfeiçoamento do corpo docente e técnico-administrativo de acordo

com os interesses individuais ou coletivos;
6. Pela preocupação de que cada curso e nível considerem e aprofundem os conhecimentos dos imediatamente anteriores;
7. Pelo ensino, de modo que o aluno possa continuar aprendendo e seja capaz de se adaptar, com flexibilidade, a novas condições culturais exigidas pelo mercado de trabalho;
8. Pela condução do aluno a compreender a relação existente entre o conjunto de conhecimentos ministrados e os fundamentos científico-tecnológico dos processos produtivos, pelo exercício da teoria à prática e da contextualização.
9. Pela consciência de que a aprendizagem somente se alcançará, plenamente, por um processo de ensino adequado ao interesse do aluno, motivado por métodos atualizados;
10. Pela incorporação e vivência da cultura, respeitando-lhe e facilitando-lhe o exercício da criatividade, da imaginação e da intuição, estimulado pelos meios de comunicação real e de informação virtual;
11. Pela relação entre o conhecimento sócio-econômico-político e o globalizado.

5- FUNDAMENTOS PEDAGÓGICOS

O uso da palavra adequada no momento oportuno é postulado pedagógico fundamental, mas somente a prática vivencial diária pode trazer resultados satisfatórios no processo de ensino-aprendizagem.

A compreensão, o entendimento e o consenso não podem ser acompanhados apenas na superficialidade, ou “de fora”, isto é, sem a presença viva do professor no ambiente de sala de aula.

SOCIEDADE > HOMEM > APRENDIZAGEM > ENSINO

**ENSINO DEPENDE > PRÁTICA PEDAGÓGICA >
CIDADÃO CRÍTICO PARTICIPATIVO**

CAPÍTULO 2

Sabemos que a educação está passando por uma série de transformações que ainda não apontam para uma definitiva e eficiente ação educacional.

Em pleno século XXI, percebemos que precisamos rever algumas alterações tanto no setor estatal e federal, quanto no setor privado.

Costuma-se afirmar que as mudanças procedem do auto-escalão administrativo educacional para as bases, que são o resultado da aplicação de projetos educacionais que nem sempre refletem a real e total necessidade do educando...

Torna-se visível a necessidade de abordarmos as unidades Escolares de maneira única, particular e específica. Uma ação coletiva, de nada adianta, já que a clientela muda de acordo com a comunidade.

É importante:

- Assumir responsabilidade com o coletivo, fazendo a sua parte na construção de um mundo melhor a começar pelo meio mais próximo, ou seja, sua família, escola e comunidade.
- Resgate das origens.
- Responsabilidade social, valorização e produção de cultura.

A partir deste diagnóstico, percebemos que o processo pedagógico atual vai além dos parâmetros didático-pedagógicos.

A educação atual, o plano estratégico deve atuar na comunidade e ter em mente que os alunos são atuantes no meio social em que vivem, não mais cabedais de disciplinas teóricas, testamentos de uma "educação bancária".

É justamente nesta direção que gostaríamos de analisar. Sendo mais específicos, apresentamos a escola como tema de análise para uma compreensão da constituição moderna de educação e, sobretudo, a fabricação da juventude como um dever adulto.

Nestes aspectos, gostaríamos de destacar o disciplinamento como uma das principais técnicas que contribuíram para a emergência da modernidade e, fundamentalmente, atuou nas crianças e jovens com a intencionalidade de individualizar os sujeitos. (Foucault. 1987)

QUANTO AO CURRÍCULO E PROGRAMAS

A Escola desenvolve os conteúdos básicos dos currículos e programas buscando adapta-los à realidade dos alunos. Pretendendo acrescentar na grade curricular as disciplinas que julgar capaz de proporcionar um crescimento do aluno como cidadão crítico participativo. Outra proposta é a de desenvolver os conteúdos de maneira interdisciplinar e através de projetos coletivos, baseado nos PCNS e no Programa Curricular da SEE.

Todo planejamento a ser desenvolvido será organizado através de encontros mensais de professores, serviços pedagógicos e direção, além de cursos extra-curriculares.

Cabe aqui minha opinião pessoal de que correr atrás de modismos enfraquece a metodologia e a construção de um processo educacional eficiente e bem fundamentado.

Alguns métodos sugeridos pela "pedagogia instantânea", destroem a auto-estima do aluno e constroem no corpo docente uma fragilidade intelectual pedagógica. O professor não sabe em que acreditar e em como trabalhar seus conteúdos. Esses modismos funcionam como "traças" que "roem" o que o professor tem de melhor que é

o ideal de lutar sempre por um crescimento coletivo e não individual, onde há “estrelas” e subjugados.

Se em algumas escolas temos professores atuantes, críticos contra a massificação de uma pedagogia fácil e débil, em outras temos profissionais desestimulados e estagnados intelectualmente, repetidores de uma educação bancária não questionadora e obediente cega das ordens da classe privilegiada dominadora. O pior de tudo é que estes profissionais “formam” em seus alunos discípulos do neutro e do pecado da omissão, tornando-se politicamente e socialmente uma geração sem compromisso com a construção do crítico e não envolvimento social ficando à margem da real verdade pedagógica da construção, são marginais da educação e da sociedade.

ACELERAÇÃO DE ESTUDOS

Nos termos do Art. 24; item V, letra A do Parecer 1132/97 e nos termos da Lei 9394/96 a direção da escola designará uma comissão avaliadora para diagnosticar e reclassificar alunos. Esta comissão será composta de representantes de professores, especialistas e pais de alunos. Estes alunos serão atendidos por uma programa especial de forma de oficinas. Que será acompanhado pela comissão.

O processo de aceleração atualmente corre o risco de não atuar de forma correta na aprendizagem real do aluno.

Vi na prática que por “ordem” do Governo do Estado temos uma verdadeira “multidão” de alunos sendo “acelerados” à qualquer preço. Por que?

A liberação de verbas federais para projetos nas escolas (algumas) está intimamente ligada ao número de alunos que participam desse projeto de aceleração.

Professores e coordenadores pulam etapas da aprendizagem em nome de um relatório final que demonstra um êxito nunca alcançado na história de outros Governos Estaduais.

Se há problemas no início dessa aceleração, no final há frustração pessoal dos alunos e a prova da ineficácia do método aplicado.

Precisamos refazer o caminho da aceleração dos estudos, longe da corrupção das verbas e do dinheiro público mal aplicado.

RECLASSIFICAÇÃO

O aluno poderá ser reclassificado no final do Ciclo, caso não alcance competências necessárias após todo trabalho de recuperação que o oportunize avançar. Esta reclassificação poderá ocorrer no período que se fizer necessário.

A reclassificação será oferecida apenas em casos especiais, a fim de se resguardar o mínimo previsto e exigido quanto ao ensino presencial.

Percebo que a questão psicológica e amadurecimento intelectual do aluno, avaliado na reclassificação tem que ser necessariamente levado em conta no grau de primeiro lugar.

Reclassificar um aluno significa questionar seu conhecimento com relação à sua faixa etária.

Mas e o emocional? Sabemos que na criança e no adolescente até os 14 anos há uma aceleração e estagnação mental que não segue os padrões pedagógicos atuais. O comprometimento de uma reclassificação é para a vida acadêmica do aluno por todo o

processo de formação intelectual que ele vier a abraçar; ou seja, uma vez reclassificado este aluno carregará esta reclassificação por toda sua vida intelectual acadêmica.

Existem ainda pedagogos e psicólogos responsáveis que fazem uma pesquisa profunda dos aspectos positivos e negativos da reclassificação, mas são poucos, já que na rede educacional esse processo é um modismo (coqueluche) e prática comum nas unidades escolares, principalmente nas particulares.

FREQÜÊNCIA

O “sucateamento” do Sistema Educacional não particular, ou não privado, tem seu ponto nevrálgico na lei da freqüência.

Os alunos menos interessados na aprendizagem se aproveitam dessa “brecha jurídica” educacional para freqüentarem sem haver o comprometimento educacional ou do aprender real.

O governo tem em nome dos Empréstimos com o FMI, fechado os olhos para esta questão. Já que uma das cláusulas contratuais dos empréstimos ser exatamente diminuir o índice de repetência e de analfabetismo no país.

Indignada fico por reconhecer que como educadora ainda temos colegas que se rebaixam à sujeita da corrupção educacional.

O registro e controle de freqüência obedecerá aos critérios estabelecidos pela Resolução 08/2000, Art. 16. Será feita diariamente pelo professor e registrado no Diário de Classe. Para se obter a freqüência dos alunos, será desenvolvido um trabalho de conscientização dos alunos, familiares, em conversas, reuniões e visitas às casas dos alunos, contando com o apoio do Conselho Tutelar.

No caso do aluno que, mesmo tomadas as medidas de ultrapassar limite de faltas permitidas pela Lei 9394/97 (superior a 25% no ciclo) a escola deverá, através de uma comissão presidida pelo diretor proceder a avaliação do aluno, nos termos do Parecer 1132/97.

Caso demonstre conhecimento suficiente para prosseguimento dos alunos, o aluno terá suas faltas abonadas.

No decorrer do ano letivo, de acordo com a Instrução nº 03/97 inciso VIII, considera-se evadido o aluno faltoso por mais 50 (cinquenta) dias letivos consecutivos.

Esse tópico se tornou no ensino estadual e federal, arma para não avaliação do ensino aprendizagem.

Freqüência tomou lugar da aula eficaz e do professor crítico, basta ir à escola para passar de ano.

NORMAS DISCIPLINARES

Dos docentes:

Alguns Colégios ou Instituições de Ensino fazem um manual de conduta do corpo docente. Cabe a cada instituição fazer seus apontamentos.

Será aplicável ao pessoal docente e administrativo, o regime disciplinar com a finalidade de aprimorar o ensino, a formação do aluno, o desenvolvimento das atividades escolares, o entrosamento dos serviços existentes e a consecução dos objetivos propostos.

Dos discentes:

Aos alunos serão aplicadas penalidades a critério do estabelecimento, conforme a gravidade e reincidência das faltas cometidas.

- A) Fazer os deveres todos os dias mantendo fixo em horário de estudos.
- B) Trazer sempre os objetos escolares.
- C) Ter capricho com os cadernos evitando orelhas e borrões.
- D) Fazer letra legível e caprichada.
- E) O comportamento em sala de aula deverá ser de atenção e estudo.
- F) Respeitar todos os funcionários da escola e colegas.
- G) Evitar ficar nos corredores ou fora da sala no período de aula.
- H) O aluno que for ao banheiro deverá voltar rapidamente para a sala de aula.
- I) Procurar chegar nos horários estabelecidos pela escola.
- J) Usar uniforme diariamente.
- K) Evitar brincadeiras que perturbem a ordem, ofendam os bons costumes, resultem danos materiais ou desacato aos colegas, professores e funcionários.

O PROCESSO EDUCATIVO ENVOLVE A TODOS: ARTICULAÇÃO COM A COMUNIDADE

Reuniões bimestrais de Pais e Mestres e eventos festivos com a participação quase que em sua totalidade dos pais dos alunos.

Pretendemos criar a Associação de Pais e Mestres para que ajudem a escola nas atividades de ordem pedagógica e financeira, de acordo com as normas e objetivos estabelecidos no Regime Escolar.

Serão realizadas campanhas na área de saúde, especificamente palestras para conscientizar a comunidade sobre a prevenção de determinadas doenças. Serão realizados projetos de Educação para a Cidadania.

Os pais e a comunidade escolar serão informados das atividades escolares e trabalhos dos alunos através de um Jornal.

Quanto ao colegiado é um órgão que tem efetiva participação e aprovação de projetos Pedagógicos e Prestação de Contas da escola.

Temos buscado desenvolver parcerias, mas é difícil na região.

Alguns empresários ainda têm preconceitos em investir na rede estadual.

QUANTO A EDUCAÇÃO CONTINUADA DOS PROFESSORES DA ESCOLA

Pretende-se a partir das reuniões estipuladas por lei, buscar o embasamento teórico, segundo os PCN, LDB e outro para maior segurança e técnica de novas metodologias.

Buscar intercâmbio entre as escolas para troca de experiências. Organizar seminários com profissionais de acordo com as expectativas.

Continuação do SIAPE, Sistema de Avaliação Pedagógica, com encontros e reflexão da Prática Pedagógica.

A escola divulgará e facilitará o acesso do corpo docente e cursos promovidos pela SEE e SER e outras entidades.

Nada temos a perder se usarmos técnicas novas para adequarmos nosso aluno ao meio em que vive, à sua família e a comunidade, seu senso crítico e de participação só terão melhor qualidade. Temos que levar em conta a questão do poder econômico-administrativo de cada unidade escolar. Sabemos também que se a comunidade se envolver nesse processo, teremos excelentes resultados. Uma Unidade Escolar, onde o poder aquisitivo é pequeno pode em prática alcançar melhores resultados que as outras unidades ditas “particulares”, já que com os pais e o bairro, o município envolvido, pode ocorrer doações e “apadrinhamento” por parte de grandes empresas, que terão seu lucro adquirido declararem seu Imposto Anual de Renda com taxa de desconto considerável.

A questão social e econômica pode atuar, mas não, interferir no processo, se todo o corpo administrativo e docente além da comunidade estiverem envolvidos.

A escola precisa ter autonomia para que seu processo de ensino e de formação de cidadãos seja eficaz.

A coordenação apenas apresenta e delimita os traços do regime escolar e seus objetivos administrativos, bem como trabalha mais ativamente com a figura dos pais ou responsáveis, mas cabe a ela designar e desencadear no professor a criatividade que lhe é tão peculiar (pelo menos o deveria ser) e dar-lhe sustentação teórica, para que o corpo docente desempenhe atividades que farão do aluno um verdadeiro cidadão.

Alguns coordenadores são fadados à cuidarem apenas das folhas na disciplina ou na boa conduta do aluno.

O papel de dar suporte pedagógico aos docentes fica em segundo plano, pois precisa cuidar da rebeldia, marginalidade ou não adaptação social dos alunos, já que a maioria dos estabelecimentos de Ensino não contam com um psicopedagogo em seu quadro de funcionários; um psicólogo também faria o trabalho de orientação educacional de forma efetiva se houvesse necessidade.

São tantos os “entraves” que existem na prática diária das escolas que o coordenador fica como um “coringa” para problemas alheios às suas funções pedagógicas. Atualmente é visto como quem um “bombeiro” que apaga o fogo da indisciplina em sala de aula, resolve o problema do professor com deficiências disciplinares (mau professor), parcela e resolve questões econômicas dos inadimplentes (setor particular) e supre a ausência quase sempre real do diretor ou professores ausentes.

Precisamos rever a valorização do pedagogo como coordenador pedagógico de um Estabelecimento de Ensino, a fim de termos nosso curso valorizado como precioso para a formação de uma sociedade crítica com visão participativa e na construção real de cidadãos não conformados com a omissão das classes dominantes nos problemas educacionais do país.

Na verdade a pessoa do professor é aquela que de repente acaba aprendendo juntamente com o descobrir de mundo de cada aluno. Dentro do contexto de conhecimento e habilidades técnicas é importante que o professor acrescente competência comunicativa muito importante para aprendizagem, já que a empatia aluno-professor é em nossos dias o que mais garante o sucesso do ensino-aprendizagem: “despedem-se, com alguma dor e muita insegurança, dos lugares conceituais, teóricos e epistemológicos ancestrais e últimos, mas não mais convincentes e securizantes. Partem em busca de paragens onde o otimismo seja mais fundamentado e a racionalidade, mais plural”. O professor é uma “peça-chave”, no processo de cidadania, pois serão seus exemplos práticos e não teóricos que levarão ao convencimento o aluno. Pois verá em seu mentos, um crítico-participativo, que dentro da hierarquia institucional da unidade escolar, segue deveres à risca e transforma as relações interpessoais em exemplo de

crescimento pessoal e fraternal, mesmo que as práticas ou técnicas pedagógicas sejam diferentes, mas com objetivos iguais.

Algumas considerações sobre o trabalho do corpo docente e Processo Avaliativo:

Inexiste no mundo coisa mais bem distribuída que o bom senso, visto que cada indivíduo acredita ser tão bem provido dele que mesmo os mais difíceis de satisfazer em qualquer outro aspecto não costumam desejar possuí-lo, mais do que já possuem. É improvável que todos se enganem a esse respeito; mas isso é antes uma prova de que o poder de julgar de forma correta e discernir entre o verdadeiro e o falso, que é justamente o que é denominado bom senso, ou razão, é igual em todos os homens; e assim sendo, de que a diversidade de nossas opiniões não se origina do fato de serem algumas mais racionais que outros, mas apenas de dirigirmos nossos pensamentos por caminhos diferentes e não considerarmos as mesmas coisas. (DESCARTES 1965, p.41)

Após a leitura criteriosa dos documentos pedagógicos de implementação da proposta, verificou-se que houve uma mudança significativa do conceito de ensino-aprendizagem contidas nos mesmos, rompendo com os pressupostos do sistema seriado do ensino fundamental que vigorava até então. Se antes o professor estava habituado a pensar na aprendizagem como um processo de etapas e de conteúdos a serem dominados em cada série e também a avaliar para decidir pela aprovação / reprovação, agora, com tais propostas adota-se nos documentos o conceito de aprendizagem contínua e de avaliação permanente. (GUILHERME 2000, p.2)

Estimular e apoiar a criação de Associação de Pais, de Grêmios para o desenvolvimento e a qualidade do programa de promoção automática estará destinada a completo fracasso, se seus executores (professores, diretores, inspetores) não estiverem convencidos de sua necessidade, assim como de suas limitações. (LEITE 2002, p.91)

Observados os progressos feitos, ainda que pequenos, e especialmente as condições em que estes foram feitos, pode-se planejar os próximos passos, exigindo novas atitudes do aluno, da família e, inclusive, da escola. Não se coloca assim a aprovação sem critérios, sem diagnósticos pedagógicos, sem um sério plano de trabalho a ser vencido nos anos posteriores; mera promoção automática. (OLIVEIRA 1998, p.10)

A partir destes princípios não fazia mais sentido reprovar um aluno pela falta de domínio de alguns conteúdos. Mesmo porque a avaliação para a ser constante, contínua e cumulativa e o reforço escolar e a recuperação, se necessário, devem ocorrer ao longo do ano. A retenção de um aluno só acontecerá ao final dos ciclos em casos extremos de não superação dos conteúdos e de faltas acima de 25%. (GUILHERME 2000, p.2)

As definições de Diagnóstico Pedagógico foram classificadas em dois grupos: a primeira centrada no modelo médico e a segunda no aspecto sócio-psicopedagógico.

AÇÕES

1. Diagnóstico em todas as classes e disciplinas, nos primeiros dias de aula, normalmente as 5ª séries cujos alunos ingressam na escola;
2. Recuperação paralela;
3. Recuperação intensiva, após as avaliações bimestrais com alunos, que ainda apresentam problemas de aprendizagem ao final do bimestre;
4. Introdução da avaliação diagnóstica, na qual as provas, quando aplicadas, se transformem em material de análise com a classe, com vistas à valorização do erro, enquanto momento de correção e aprendizagem, conforme estudo do texto

Avaliação e Aprendizagem retirado da publicação *Raízes e Asas* durante o planejamento;

5. Valorização das realizações dos alunos com o objetivo de elevar-lhes a auto-estima e a eliminação da recriminação quando o aluno malogra nas avaliações;
6. Aulas dialogadas, que permitam a efetiva e organizada participação nas atividades de sala de aula;
7. Trabalho em grupo, no qual os alunos possam desenvolver um trabalho de descoberta e enfatize-se o espírito de companheirismo e solidariedade, com a participação de todos;
8. Introdução de alunos, monitores, que possam auxiliar o professor na orientação dos que apresentam dificuldades na aprendizagem de determinados conteúdos;
9. Desenvolvimento de habilidades, ou seja, capacidade de os alunos transferirem conhecimentos para situações novas. O novo não causa medo apenas traz um sentimento de desafio.

ETAPAS

1. Estabelecimento da Recuperação Paralela o mais rápido possível, a fim de que se possa trabalhar as defasagens apresentadas nos diagnósticos dos professores, o mais tardar em março.
2. Recuperação intensiva ao fim de cada bimestre em aulas normais.
3. Preparo de aulas nas quais o professor crie estratégias motivadoras tanto quanto for possível para evitar o tédio dos alunos.
4. Utilização sistemática do laboratório nas escolas que o possui.
5. Utilização do Laboratório de Informática nas escolas que o possui.

A recuperação paralela a meu ver, é uma oportunidade menos traumática para o aluno que a recuperação de final de curso.

O conteúdo pode ser dividido em etapas onde ocorreu a falha da aprendizagem. O aluno, de maneira eficaz, tem seu processo reavaliado e reestruturado. Dessa forma pode suprir as lacunas educacionais que provavelmente tenham ocorrido.

Tudo dependerá da responsabilidade da Instituição de Ensino e do professor da disciplina em questão.

Tive contato com estabelecimentos idôneos onde essa prática ocorreu verdadeiramente e o aluno pôde participar criticamente do processo da construção da sua recuperação paralela.

AValiação

Segundo o estabelecimento pela escola e contido em seu Regimento. A avaliação dos alunos é tarefa das unidades, cabendo ao SARESP avaliar externamente, oferecendo novos elementos para melhoria da qualidade de ensino.

Cada unidade terá seu melhor conteúdo de avaliação.

Sabe-se também pelos estudos atuais que o processo de mudança de conceitos em educação e da organização do ensino não se efetiva completamente por lei, mas sim através da formação continuada dos agentes educativos e da participação dos mesmos na tomada das decisões políticas que os envolvem. (GUILHERME 2000, p.4)

O Conselho Estadual de Educação, ao apoiar, o desenvolvimento de um processo de aperfeiçoamento da avaliação que sublinhe seu caráter diagnóstico e formativo, fortalece a autonomia da escola. Assim sendo, suas normatizações devem estimular a criação de caminhos, que possibilitem à escola o exercício de seu papel social e de sua responsabilidade. (INDICAÇÃO CEE Nº 12/96)

As características que distinguem este novo conceito de Diagnóstico Pedagógico são:

1. O sujeito sobre quem se vai realizar um diagnóstico é qualquer pessoa, grupo ou instituição cuja educação é objetivo de estudo, levando-se em conta todas as variáveis significativas relacionadas com o contexto de natureza pedagógica, psicológica, sociológica, etc. O Diagnóstico Pedagógico deixa de ser a arte de descobrir e interpretar os sinais de uma enfermidade, para dirigir-se ao conhecimento de todos os educandos no conjunto de variáveis que permitem a adequação do currículo.
2. O objeto do Diagnóstico Pedagógico é o estudo de qualquer fato educativo, não só do aluno, mas também de todas aquelas variáveis que permitam e definem o ato de estudar, quer seja a instituição escolar com sua organização, metodologia didática, pessoas e recursos, etc, ou a comunidade educativa que rodeia a dita instituição. Além disso, o objeto diagnóstico deve estender-se a referências mais amplas que as concluídas nas instituições escolares, como a família, a comunidade e qualquer elemento socializador, dado que os problemas e possibilidades existentes no sujeito relativo a sua educação se derivam tanto de fatores pessoais como ambientais.
3. A nova finalidade do Diagnóstico Pedagógico não é atender as deficiências do sujeito e sua recuperação, mas sim propor sugestões e intervenções preventivas sobre situações deficitárias, para a sua correção e recuperação, ou sobre situações não deficitárias, para sua potencialização, desenvolvimento ou prevenção.
4. O diagnóstico Pedagógico inclui uma intervenção, com as posteriores revisões para ratificar ou retificar a intervenção sugerida, num processo diagnóstico que implica em uma série de etapas sucessivas e interdependentes.
5. A atividade diagnóstica segue um processo metodológico rigoroso e sistemático que a converte em uma atividade científico-profissional, um processo baseado na metodologia geral de investigação.

-Garantir implantação do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB, o percentual do Ensino Médio, inclusive o Profissionalizante e a modalidade de Educação de Jovens, Adolescentes observando-se a LBD no que se refere a competência e a responsabilidade de cada esfera governamental;

-Garantir o repasse dos recursos federais para a merenda escolar desde o início do ano passado aumentando o valor per capita para os ensinos infantil e fundamental;

-Garantir que os recursos para a educação, assegurados na Constituição Federal e Estadual.

PERGUNTAS PERTINENTES:

- O que vou desenvolver sobre esses conteúdos?
- Para quem vou desenvolvê-lo?
- Por que vou desenvolvê-lo?
- De que maneira vou desenvolver esses conteúdos?
- Como vou verificar a aprendizagem desses conteúdos, desconsiderando o aspecto punitivo da aprendizagem (avaliação)?

Da aproximação das vivências dos alunos com esses conteúdos.

Do trabalho em equipe, no qual os grupos tenham sempre que desenvolver algum problema proposto pelo professor. Formar grupos para realizar trabalhos que não exijam reflexão e descoberta não tem nenhum sentido e não leva a nada.

Da integração das disciplinas pela coordenação de áreas, demonstrando as relações entre os conteúdos, ou seja, a integração das disciplinas a partir de um tema específico (interdisciplinaridade), o que seria um passo a mais para o trabalho coletivo na medida em que todos os professores estariam envolvidos, estabelecimento de mecanismo acompanhamento dessa integração.

Do entrosamento família-escola, ajudando-se mutuamente, principalmente naquilo que os pais podem fazer quanto ao estudo de aluno em casa.

Difícilmente, haverá integração escola-comunidade, se o coletivo docente não se habituar a trocar idéias com os pais. Somente haverá entrosamento entre pais e professores quando esses se dispuserem a debater democraticamente os fatos escolares com aqueles. Nota-se que muitos docentes receiam esses debates. É preciso acabar com essa separação pais-professores. Nenhum Projeto Pedagógico terá sucesso sem a integração escola-comunidade.

ESTUDOS DE MEIOS

Os estudos do meio, objeto de um plano abrangente para as quatro séries, possibilitam o tratamento de temas transversais planejados e executados pelos educadores da série. O valor de tais atividades não pode se medido apenas pelo conhecimento que trazem às diversas disciplinas, pela integração que promovem entre os participantes do processo educativo e pelo prazer que proporcionam aos que o realizam.

Como todos os temas transversais escolhidos, seu sentido é profundamente educativo, formador da personalidade e procura contribuir para que o aluno possa elaborar seu projeto de vida e encontrar seu verdadeiro papel na sociedade.

TEATRO / CINEMA

O teatro e o cinema, como linguagens, têm sido proveitosos para exercitar a apreciação estética e refletir sobre temas sociais, políticos e éticos entre os alunos. Essas atividades são planejadas sempre com cuidado de selecionar obras que se relacionem com o projeto pedagógico das disciplinas, realizando a preparação necessária que posiciona mais adequadamente o olhar do aluno, refletindo posteriormente sobre o material colhido e procurado sempre atrelar a essa experiência algum tipo de produção escolar.

É importante, sempre que possível, que a escola se desloque para os espaços do cinema e do teatro, estimulando o aluno a buscar, cada vez mais e por si mesmo, o acesso a essas formas de arte, de acordo com suas preferências pessoais.

INFORMÁTICA

O projeto de informática do Curso é dividido em duas etapas bem distintas. A primeira etapa, desenvolvida na quinta e sexta séries, acontece em cursos curriculares com aula semanal no Centro de Ensino de Informática. Nessas aulas, sempre ligadas a alguma disciplina no currículo, o aluno adquire habilidade no uso de vários programas. A existência dos recursos de informática nas suas aulas. Na segunda etapa, realizada na sétima e oitava séries, não há um curso específico, mas o uso dos recursos de informática nas diversas disciplinas, quando essa for a melhor opção didática.

Devemos salientar ainda, ao tratar de informática, o trabalho educativo que é realizado no Centro de Ensino de Informática, particularmente quanto a uma postura ética no uso do computador em um ambiente de rede, ligado à internet.

Aqui podemos salientar ainda que podemos auxiliar as comunidades carentes ou não, quanto à especialização e formação profissional dos alunos. Também podemos usar o sistema de monitoramento, pois o aluno poderá ter bolsas de estudo, trabalhando na Unidade Escolar envolvida, ou ter parte dos gastos com cursos extras pagos pela instituição escolar, pois trabalha neste estabelecimento de ensino.

MUSEU

Procuramos habituar nosso aluno a ter uma presença ativa nos museus, buscando neles a educação da sua observação, da sua sensibilidade e do gosto estético, o reconhecimento de uma maneira criativa de veicular mensagens; o estímulo para tentar produzir, conforme seus talentos pessoais, alguma forma de arte.

O fato de a disciplina Artes Visuais associar-se a outras nessas visitas permite o desencadear de pesquisas que as precedem. Dessa forma, favorece-se a busca de conhecimento específico referente a essas disciplinas, bem como a apropriação gradual da linguagem plástica assentada em três pilares, consideramos fundamentais: leitura da obra de arte, contextualização e fazer artístico.

ESPORTES

A prática desportiva na escola não deve restringir-se às aulas semanais inseridas na grade curricular. O esporte, praticado de forma sadia e com orientação competente, é poderoso agente na educação, principalmente dos pré-adolescentes e adolescentes. O esporte coletivo promove a socialização, desenvolve espírito de equipe e favorece o fortalecimento de vínculos. Por esses motivos, a escola coloca à disposição de seus alunos, no período da tarde, toda a privilegiada área esportiva do campus, em diversos horários e com professores especializados.

Este projeto também pode usar o espaço Unidade Escolar para os finais de semana proporcionar o lazer e a sociabilidade na comunidade envolvida.

SEXUALIDADE / PREVENÇÃO AO USO DAS DROGAS

A partir das inquietações dos alunos, a Orientação Sexual procura problematizar sentimentos envolvidos. O programa lida com valores, preconceitos e informações, e estimula uma reflexão autônoma, livre das pressões do grupo, respeitando os pressupostos morais e religiosos das famílias.

Essa reflexão implica conhecer e respeitar o corpo, identificar e ter em conta sentimentos e desejos, buscar informações corretas e adequadas, compreender a busca de prazer como um aspecto saudável de sexualidade humana.

Outro projeto conduzido pela área de Orientação Educacional, de igual complexidade e extensão, é o de prevenção ao uso de drogas, do qual participam, além das orientadoras, professores e um consultor externo.

Podemos aqui unir esforços e trabalhar o caráter dos alunos, pois prevenir é a melhor saída para que a droga e vícios não entrem e assolem uma Unidade Escolar.

AÇÃO COMUNITÁRIA

A preocupação com a formação humana solidária do aluno, ativa e não paternalista, exige dar a oportunidade de participar da Ação Comunitária, aberta a todos os educandos. O engajamento do aluno neste projeto, seja em atividades na própria escola, seja em atividades em creches ou favelas, conforme a idade, permite a construção de uma visão diferenciada dos problemas da sociedade. Desse modo, o aluno terá condições de desenvolver espírito crítico aguçado, capaz de avaliar questões como populismo, assistencialismo, paliativos e soluções autênticas. Este engajamento deve ser interpretado não apenas como uma oportunidade de aprendizagem que promoverá seu crescimento do ponto de vista humana, intelectual e emocional.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CAPÍTULO 3

CAPTAÇÃO DE RECURSOS

Economia

Os princípios e práticas de responsabilidade social estão profundamente ligados à necessidade de buscarmos a sustentabilidade dos negócios e da sociedade, transformando a atividade empresarial por meio de uma relação de tipo novo com seu público de interesse. Nosso futuro depende de uma postura ética e dos impactos que estamos gerando nos âmbitos econômicos, social, ambiental ou cultural. Esse sentimento ético de responsabilidade pela vida, parte do princípio de que o mundo não pertence apenas a nós que aqui estamos, mas a todos que por aqui passaram e todos que por aqui chegarão.

O meio empresarial está deixando de lado uma postura passiva e reativa, como se fôssemos menos espectadores das maravilhas e das tragédias que nos cercam. Vivemos em tempo e lugar profissional ou empresarial no ato de compromisso para com o mundo melhor. Estamos falando de um movimento de responsabilidade social que envolve tanto acionistas como colaboradores na consolidação de empresas bem sucedidas. Isso nos obriga a repensar e transformar crenças e valores, princípios e práticas, o modelo de gestão e nosso jeito de dialogar com o mundo.

A pensadora Hannah Arendt nos lembra que a educação é o elemento chave para essa transformação. Ela “é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos essa responsabilidade por ele”. Nossas empresas podem ser espaços de aprendizagem e construção coletiva do novo. A educação pode nos ajudar a construir novos entendimentos sobre a realidade, nos paradigmas e compromissos em torno do desenvolvimento sustentável; fundamentais para enfrentarmos juntos os problemas da pobreza e da desigualdade, a necessidade de fortalecimento a democracia com a implementação dos direitos humanos, do respeito à igualdade e à diversidade.

RELAÇÕES DO PODER NA ESCOLA

Professores, alunos, funcionários, diretores, orientadores. As relações com todos esses personagens no espaço da escola reproduzem, em escala menor, a rede de relações que existem na sociedade.

Isso não é novidade. O que interessa é conhecer como essas relações se processam e qual o plano de fundo de idéias e conceitos que permitem que elas se realizem de fato. A nós interessa analisar a escola através de seu poder disciplinador. Conforme diz o pensador francês Michel Foucault, a escola é o espaço onde o poder disciplinar produz o saber.

Essa situação surgiu no século XIX com a instituição disciplinar que consiste na utilização de métodos que permitem um controle minucioso sobre o corpo do cidadão através dos exercícios de domínio sobre o tempo, espaço, movimento, gestos e atitudes, com uma única finalidade: produzir corpos submissos, exercitados e dóceis. Tudo isso para impor uma relação de docilidade e utilidade.

Na escola, o observado, olhado, contado detalhadamente passa a ser um meio de controle, de dominação, um método para documentar individualidades. A criação desse campo documentário permitiu a entrada do indivíduo no campo do saber e, logicamente, um novo tipo de poder emergiu sobre os corpos.

Os efeitos do poder se multiplicam na rede escolar devido à acumulação cada vez maior de novos conhecimentos adquiridos a partir da entrada dos indivíduos no campo do saber. Conhecer a alma, a individualidade, a consciência e comportamento dos alunos é que tornou possível a existência da psicologia da criança e a psico-pedagogia.

As áreas do saber se formam a partir de práticas políticas disciplinares, fundadas na vigilância. Isso significa manter o aluno sob um olhar permanente, registrar, contabilizar todas as observações e anotações sobre alunos, através de boletins individuais de avaliação, ou uniformes-modelos, por exemplo, perceber aptidões, estabelecendo classificações rigorosas.

A prática de ensino em sua essência reduz-se a vigilância. Não é mais necessário o recurso, a força para obrigar o aluno a ser aplicado, é essencial que o aluno, como o detento saiba que é vigiado. Porém à um acréscimo: o aluno nunca deve saber que está sendo observado, mas deve ter a certeza de que poderá sê-lo sempre.

As normas pedagógicas têm o poder de marcar, salientar os desvios, reforçando a imagem de alunos tidos como 'problemáticos', estigmatizados como 'negão', 'o índio', 'o maloqueiro' ou morador da 'favela'. A escola ao dividir os alunos e o saber em séries, graus, salienta as diferenças recompensando os que se sujeitam aos movimentos regulares impostos pelo sistema escolar. Os que não aceitam a passagem hierárquica de uma série a outra são punidos com 'retenção' ou a 'exclusão'.

A escola se constitui num centro de discriminação, reforçando tendências que existem no "mundo de fora". O modelo pedagógico instituído permite efetuar vigilância constante. As punições escolares não objetivam acabar ou 'recuperar' os infratores. Mas, 'marca-los com um estigma diferenciando-os dos 'normais', confiando-os à grupos restritos que personificam a desordem, a loucura ou o crime.

Dessa forma a escola se constitui num observatório político, um aparelho que permite o conhecimento e controle perpétuo da sua população através da burocracia escolar, do orientador educacional, do psicólogo educacional, do professor ou até dos próprios alunos. É a estrutura escolar que legitima o poder de punir, que passa a ser visto como natural. Faz com que as pessoas aceitem tal situação. É dentro da mesma estrutura que se relacionam os professores, os funcionários técnicos e administrativos e o diretor. É necessário situar ainda que a presença obrigatória como o 'Diário de Classe' nas mãos do professor, marcando ausências e presenças nuns casos, atribuindo "meia falta" ao aluno que atrasou uns minutos ou saiu mais cedo da aula, é a técnica de controle pedagógico burocrático por excelência herdada do presídio. Esse professor é visto como encarregado de uma 'missão educativa' por uns: como 'tira' e 'cão de guarda' da classe dominante por outros, 'contestador e crítico' por muitos.

Não há dúvida que a escola em qualquer sociedade tende a renovar-se e ampliar seu âmbito de ação, reproduzir as condições da existência social formando as pessoas aptas a ocupar os lugares que a estrutura social oferece. Com a religião e o esporte, a educação pode se constituir num instrumento do poder e, nessa medida, o professor é um instrumento da reprodução das desigualdades sociais em nível escolar.

No seu processo de trabalho, o professor é submetido a uma situação idêntica ao proletariado, na média em que a classe dominante procura associar educação ao trabalho, acentuando a responsabilidade social do professor e de seu papel como guardião do sistema. Nesse processo o professor contratado ou precário (sem contrato e sem estabilidade) – mais de 85 mil só no Estado de São Paulo – substitui o efetivo ou estável, conforme as determinações do mercado, colocando-o numa situação idêntica ao proletário. O professor é submetido a uma hierarquia administrativa e pedagógica que o controla. Ele mesmo, quando demonstra qualidades excepcionais, é absorvido pela

burocracia educacional para realizar a política do Estado, portanto, da classe dominante em matéria de educação. Fortalecem-se os celebres 'órgãos' das Secretarias de Educação em detrimento do maior enfraquecimento da unidade escolar básica.

Na unidade escolar básica é o professor que julga o aluno mediante a nota, participa dos Conselhos de Classe onde o destino do aluno é julgado, define o Programa do Curso nos limites prescritos, prepara o sistema de provas ou exames. Para cumprir essa função ele é inspecionado, é pago por esse papel de instrumento de reprodução e exclusão.

É nas escolas particulares de classe alta, a ultrapassar a entrada do colégio que o professor perde seus direitos em função das normas impostas e do papel a desempenhar. Mestres e alunos submetem-se a esse inconsciente coletivo transmitido por herança cultural: um 'respeitável' professor não fala de sua vivência pessoal por temer ser considerado medíocre. O aluno, por sua vez, espera do professor certo tipo de comportamento, seu desprezo ou sua admiração.

A própria disposição de carteiras em sala de aula reproduz as relações de poder: o estrado que utiliza acima dos ouvintes, estes sentados em cadeiras linearmente definidas próximas a uma linha de montagem industrial, configuram a relação 'saber/poder' e 'dominante/dominado'.

O professor subordina-se às autoridades superiores, essa submissão leva-o a acentuar uma dominação compensadora. Delegado dessa ordem hierárquica junto aos estudantes, ele é símbolo vivo dessa subordinação, o instrumento da submissão. Seu papel é impor a obediência. Na relação do professor com a classe, encontra-se dois adolescentes: o adolescente aluno a quem ele deve educar e o adolescente reprimido que carrega consigo.

O poder professoral manifesta-se através do sistema de provas ou exames onde ele pretende avaliar o aluno. Na realidade está selecionando, pois uma avaliação de uma classe pressupõe um contato diário com a mesma, prática impossível no atual sistema de ensino.

A disciplina do aluno tem no sistema de exame um excelente instrumento: a pretexto de avaliar o sistema de exames. Assim, a avaliação deixa de ser um instrumento e torna-se um fim em si mesma. O aluno submete-se aos exames e provas. O que prova a prova? Prova que o aluno sabe como fazê-la, não prova seu saber.

O fato é que, na relação professor/aluno, enfrentam-se dois tipos de saber, o saber do professor inacabado e a ignorância do aluno relativa. Não há saber absoluto nem ignorância absoluta. No fundo, os exames dissimulam, na escola, a eliminação dos pobres que se dá sem exame. Muitos deles não chegam a fazê-lo, são excluídos pelo aparelho escolar muito cedo, veja-se o nível de evasão escolar na 1ª série do 1º grau e nas últimas séries do 1º e 2º grau.

O exame permite a passagem de conhecimento do professor ao aluno e a retirada de um saber do aluno destinado ao mestre. O exame está ligado a certo tipo de formação de saber e a certo tipo de exercício de poder. O exame permite também a formação de um sistema comparativo que dá lugar a descrição de grupos, caracterização de fatos coletivos, estimativa de desvios dos indivíduos entre si.

Qualquer escola se estrutura em função de uma quantidade de saber, medido em doses, administrado homeopaticamente. Os exames sancionam uma apropriação do conhecimento, um mau desempenho ocasional, um certo retardo que prova a incapacidade do aluno em apropriar-se do saber. Em face de um saber imobilizado, como nas Tábuas da Lei, só há espaço para humildade e mortificação. Na penitência religiosa só o trabalho salva, é redentor: portanto, o trabalho pedagógico só pode ser sado-masoquista.

Não é por acaso que existe relação entre a estrutura simbólica da religião com a escolar. Elas reforçam a estrutura simbólica pela qual se realiza a estrutura de classe. A mesma relação de indignidade existente entre o pecador e a religião, é a existente entre os alunos e o saber. O aluno é visto como se tivesse uma essência inferior à do mestre, como o homem o é ante a figura de Deus.

O trabalho mortificante no plano pedagógico – a ansiedade em saber se foi aprovado ou reprovado no exame – é a via de redenção, a expiação da indignidade. É o único caminho para atingir o Templo do saber, da Graça e da Riqueza.

Para não desencorajar os mais fracos de vontade surgem os métodos ativos em educação. A dinâmica de grupo aplicada à educação alienou-se quando colocou em primeiro plano o grupo em detrimento da formação. A utilização do pequeno grupo como técnica de formação deve ser vista como uma possibilidade entre outras. Tal técnica não questiona radicalmente a essência da pedagogia educacional. O fato é que os grupos acham-se diante de um monitor; aqueles caracterizam o não saber e este representa o saber.

Ao invés de colocar como tarefa pedagógica dar um curso e o aluno recebe-lo, por que não coloca-lo em outros termos: em que medida o saber acumulado e formulado pelo professor tem chance de tornar-se o saber do aluno?

Visto estaticamente a escola e o professor, ele parece como guardião de um saber estratificado, como o sacerdote das salvaguardas educacionais, como o gerente de sua distribuição, como o profeta da necessidade do trabalho e do mérito vinculado a um esforço redentor, finalmente, da vontade que tudo salva.

Porém, há um outro lado da moeda. O professor é agente da reprodução social e, pelo fato de sê-lo, também é agente da contestação, da crítica. O predomínio das funções de reprodução e de crítica professoral dependem mais do movimento social e sua dinâmica que se dá na sociedade civil, fora dos muros escolares.

Em períodos de mudança social, o professor, enquanto assalariado ou funcionário do Estado, se organiza contra a deterioração de suas condições de trabalho. Nesse momento ele contesta o sistema. Porém, para contestar o sistema é necessário estar inserido nele numa função produtiva.

É o que se dá com o operário. Reproduzindo o capital, ponto terminal do trabalho acumulado, tem ele condições de contestar o capital mediante sua auto-organização e ações práticas. Desvinculando da produção pouco pode fazer. Greve de desempregados é coisa difícil.

Por tudo isso a escola é um espaço contraditório: nela o professor se insere como reproduzidor e pressiona como questionador do sistema, quando reivindica. Essa é a ambigüidade da função professoral.

A possibilidade de desvincular saber de poder, no plano escolar, reside na criação de estruturas horizontais onde professores, alunos e funcionários formem uma comunidade real. É um resultado que só pode provir de muitas lutas, de vitórias setoriais, derrotas, também. Mas sem dúvida a autogestão da escola pelos trabalhadores da educação – incluindo os alunos – é a condição de democratização escolar.

Sem escola democrática não há regime democrático; portanto, a democratização da escola é fundamental e urgente, pois ela forma o homem, o futuro cidadão.

EMPRESAS

Esse tem sido um ponto decisivo no processo educativo: autonomia. Seja ela político-pedagógica, social-econômico ou cultural.

A comunidade se faz participativa quando há incentivo, em todos os aspectos.

Fica claro que os projetos precisam de incentivo e que educar é mais que giz, lousa, um bom professor e força de vontade, é complexo e detalhado. Um cidadão não se faz da noite para o dia mas de anos de investimento. Não existe soluções mágicas e sim muito trabalho com muitos acertos e erros, de preferência mais acertos!

Leia abaixo algumas decisões importantes tomadas por 'gente grande'.

PROPOSTA APROVADA PELA III CONFERÊNCIA NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

-Promover a integração escola-família-comunidade para uma gestão democrática nas escolas tendo como estratégia: participação dos vários segmentos da comunidade escolar na elaboração do Plano Político Pedagógico da escola; participação das famílias e da comunidade nos debates, fazendo eventos culturais e esportivos promovidos nas escolas; incentivo à formação de grêmios estudantis; incentivo à eleição direta para diretores da escola; participação dos pais e da comunidade no processo educacional das crianças e adolescentes;

-Implementar nas escolas programas permanentes de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e à exploração sexual infanto-juvenil;

-Implementar programas de controle de frequência de crianças e adolescentes na escola, interagindo permanentemente, enquanto sistema garantido, a Escola e o Conselho Tutelar;

-Desencadear um processo de desvinculação do congresso ao ensino superior;

-Utilizar os espaços existentes nas escolas para o atendimento das crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e social com atividades complementares que possibilitem seu poder de desenvolvimento;

-Assegurar ao adolescente, acima de 14 anos, o acesso e permanência à educação básica e de qualidade;

-Garantir o aumento do valor per capita para o ensino especial, ensino fundamental e ensino médio;

EDUCAÇÃO

As exigências de um mercado globalizado, associadas à especificidade técnica de algumas funções, exigem dos profissionais um conhecimento técnico bastante significativo e atualização constante, de modo que a empresa possa oferecer produtos e serviços competitivos.

Segundo Maria Inês Felitte, Consultora da Manager Assessoria em Recursos Humanos, "o investimento em educação possibilita que a empresa ganhe mais qualidade nos produtos ou nos serviços prestados, além de atrair pessoas preocupadas em ampliar os conhecimentos e melhorar o desempenho profissional". (2001:4)

De acordo com a pesquisa Datafolha, apenas 4% das empresas que foram entrevistadas oferecem a seus funcionários reembolso para as despesas com aprendizado de idiomas e ajuda de custo para cursos de nível superior ou pós-graduação.

A tabela abaixo demonstra o quadro com o percentual de empresas e os benefícios mais comuns em termos de educação:

BENEFÍCIO CONCEDIDO	% DE EMPRESAS QUE CONCEDEM
Curso de Idiomas	2
Auxílio educação (faculdade)	2
Auxílio Educação (supletivo)	1
Auxílio Educação (vestibular)	1
Outros	1

A ASPR Auditoria e consultoria S/C Ltda., empresa localizada na região do Grande ABC, especializada em consultoria tributária, sempre investiu muito na formação de seus profissionais, oferecendo bolsa de estudos para cursos de graduação, pós-graduação, especialização e idiomas para todos os funcionários.

Seus dirigentes têm em mente que a empresa, para se manter competitiva no mercado e para manter um corpo de colaboradores qualificado, é necessário que sejam feitos grandes investimentos na formação do profissional, de modo a garantir que o seu produto final tenha um grau de qualidade superior ao que o mercado pratica e que o cliente fique plenamente satisfeito.

Alguns dados:

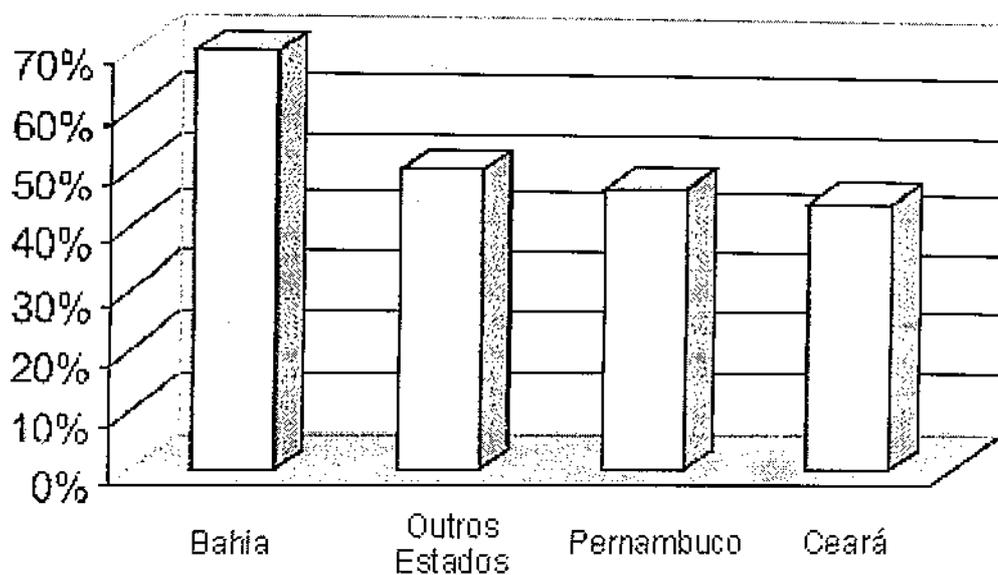
Um exemplo que me chamou a atenção e me deixou indignada como cidadã paulista.

O Senhor Antonio Ramos da Silva, agricultor pernambucano, nasceu numa família pobre, com onze irmãos, cresceu trabalhando na roça e nunca frequentou uma escola. Até hoje é analfabeto. Apesar disso, em março de 1996 foi a Belo Horizonte para receber uma homenagem especial do Ministério da Educação. Silva é prefeito da pequena Queixaba, de 7500 habitantes, a 430 quilômetros de Recife-PE. Ele foi apontado como modelo entre os 500 prefeitos brasileiros mais pobres de Pernambuco, ele transformou o ensino na prioridade de governo: construiu e reformou escolas, contratou professores com curso superior no Recife, aumentou o salário de todos eles e gasta 40% do orçamento da prefeitura em educação, índice muito acima do previsto na lei, de 25%. "Nada é tão importante quanto a educação".

Enquanto as CPs não delatam seus infratores, nós eleitores não reivindicamos nosso voto e não assumimos nossa posição de analfabetos-políticos que somos.

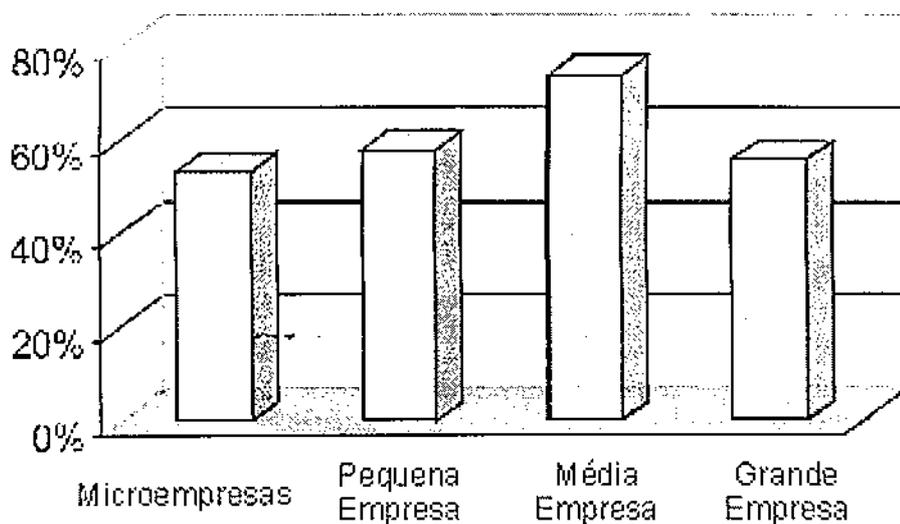
A era militar cauterizou gerações que agora no poder repetem a lição aprendida pelos opressores: corromper e humilhar é melhor que sacrificar a vida em teorias libertárias e posição esquerda do sistema estabelecido.

Participação das Empresas em Ações Social por Estado



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas na Região Nordeste - IPEA/DICOD (2001)

Participação das Empresas em Ações Sociais por Recita Bruta*



Fonte: Pesquisa Ação Social das Empresas na Região Nordeste - IPEA/DICOD (2001)
* classificação do tamanho da empresa segundo a receita bruta

CONCLUSÃO

Precisamos tornar a educação como algo prático, objetivo, eficaz e real.

A educação, que é um processo de longo prazo com efeitos que perderam para vida inteira e transcendem a questão tempo, precisa de ações efetivas para que a lacuna vaga que se abre no meio social de hoje seja preenchida com a eficácia do caráter de cada indivíduo.

Assim como Descartes não acreditava na ação à distância, a educação precisa atingir a essência do aluno para que haja um modificação real.

“...são sempre o efeito de uma construção de que trata de conhecer as regras e de controlar as justificações; definir em quais condições e em vista de que análise algumas são legítimas; indicar as que, de qualquer forma, não podem ser mais admitidas” (FOUCAULT 1972, p.37)

Percebemos, então aqui, que a fabricação do sentido dado ao enunciado jovem não diz respeito apenas às formas como estes são entendidos, mas se constitui a partir das relações com os adultos e das maneiras pelos quais o mundo é, por ele, ordenado.

Chamamos a organização do tempo escolar de “grade” curricular. Temos a escola descolando o controle carcerário para o seu interior; e o próprio termo “disciplina” reservado às áreas de conhecimento demanda que voltemos a Descartes e seus tratados para afirmar uma ciência universal capaz de elevar o homem à perfeição com métodos disciplinares; a palavra aluno (a – não luno – luz - sem luz) reporta-se às intencionalidades de Comenius que tornou o disciplinamento um método capaz de apressar o progresso moral, intelectual e espiritual do homem para aproxima-lo da luz divina.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Rubens. Conversas sobre Educação, Ed. Verus 1ª edição SP: Campinas, 2003.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola. 12 ed; SP: Editora Libertad, 2000.

RIBEIRO, Vera Masagão. Educação de Jovens e Adultos - Novos Leitores, Novas Leituras. 1 ed; SP: Ação Educativa, 2001.

CAMACHO, Suzy. Guia Prático dos Pais. 5 ed; SP: Editora Green Forest do Brasil, 2002.

GENTILE, PAOLA. <http://novaescola.abril.uol.com.br>

JARES, PAULO. <http://novaescola.abril.uol.com.br>

